Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

ACEITO EM - 10/06/2019 10173 APROVADO EM - / /2019 REJEITADO EM - / /2019 ARQUIVO -	**Recurso 8/2019**	**05/06/2019-14:32** **Protocolo: 3680/2019** **Processo: 1573/2019**

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Exma Sra. Presidente

Com base no § 5º, do artigo 42, do Regimento Interno, apresento pedido do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre o Projeto de Lei de Vereador n.º 63/2019, protocolado sob o n.º 2160/2019 em 06/03/2019, que **"DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE IPTU AOS BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) DA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)."**

Conforme foi apresentado a esta Casa Legislativa, o presente projeto de Lei tem por objetivo isentar os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Antes de discorrer sobre parecer da Consultoria Jurídica desta Casa Legislativa, faz-se necessário tratar sobre a ordem cronológica da proposição em discussão.

Preliminarmente, o PLV n.º 63/2019, foi protocolado em 06/03/2019, sendo aceito pelo expediente no dia 11/03/2019, no dia seguinte, 12/03/2019, o mesmo foi encaminhado a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a qual deferiu a necessidade do prazo estabelecido no Art. 42, §1º, do Regimento Interno, conforme *in verbis:*

> Art. 42 – Depois de ter sido considerado um projeto como objeto de deliberação, cada comissão permanente receberá uma cópia do mesmo para no **prazo de dez dias** dar seu parecer.
>
> § 1º - **Tratando-se de matéria cuja complexidade exija estudos mais detalhados, o relator poderá requerer prorrogação do prazo estabelecido neste artigo.** (grifo nosso)

No entanto, tal projeto foi encaminhado no dia 22/03/2019 à Consultoria Jurídica desta Casa para analisar de forma detalhada a matéria em questão, recebendo parecer jurídico no dia 02/04/2019 e acolhido pelo relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na mesma data, mas ao fazer uma análise o prazo final do parecer de prorrogação observa-se que o mesmo findou no dia 31/03/2019.

Após, no dia 1º/04/2019 o Vereador Julio Cesar, autor do Projeto, solicitou na Ordem do Dia, a inclusão na próxima Sessão Plenária o Processo 1573/2019, por decurso de prazo.

Posteriormente, no dia 02/04/2019 a Consultoria Jurídica relatou o parecer referente a inconstitucionalidade do projeto, mas faz-se necessário, solicitar que seja feita uma análise referente a data do parecer, visto que já havia passado mais de dez dias do prazo ou da prorrogação, conforme § 2º do Art.42 do Regimento Interno, *in verbis:*

> § 2º - Decorrido o prazo de dez dias ou o da prorrogação, qualquer Vereador requerendo o projeto, entrará na Ordem do Dia.

Lembrando, mais uma vez, que o Vereador solicitou no dia anterior do parecer, a entrada do Projeto na Ordem do Dia, conforme Ata n.º 10.133 (folha 04/14 do documento em anexo).

01

Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

Além disso, ao tomar conhecimento do parecer da Consultoria Jurídica, no dia 3/04/2019 o Edil externou na Sessão Plenária, após a abertura da Ordem do Dia, o seguinte: "Questão de ordem, o Vereador Júlio Cesar informou que na última segunda-feira dia primeiro de abril solicitou o decurso de prazo de projeto que estava sem parecer da CCJ registrando que no dia seguinte o mesmo foi dado inconstitucional. Desta feita pediu à presidência que trouxesse à avaliação o processo fazendo uma nova consulta ao jurídico da Casa acerca do decurso de prazo antes do mesmo ser lido como inconstitucional e para tal solicitou que fosse juntada a ATA registrada na sessão do dia primeiro de abril." (Folha 04/14 – Ata n.º 10.133).

Mesmo, esperando que fosse corrigido tal equívoco ao ser dado um parecer após o prazo estipulado no Regimento Interno, o Edil analisou tal parecer e apresentou através da Solicitação 236/2019, Protocolo 2729/2019, em 05/04/2019, requerendo para que fosse anexado ao Processo 1573/2019, a tela em destaque no documento, para análise como fonte de custeio do Projeto de Lei n.º 63/2019. Tal solicitação tem o objetivo de sanar a lacuna levantada pelo parecer da Consultoria Jurídica.

Devido a inconstitucionalidade apresentada, após o prazo, o Edil não pode apresentar nenhuma emenda ao Projeto de Lei em questão, cabendo ao mesmo apresentar este pedido de reconsideração no prazo de dez dias, o qual foi lido em 03/06/2019 na Sessão Plenária, conforme § 5º Art. 42, que assim prescreve:

> Art. 42 -.....
>
> § 5º - Os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, que apontem ilegalidade ou inconstitucionalidade, devem ser fundamentados, cabendo, no entanto, pedido de reconsideração no prazo de até (10) dez dias da comunicação em plenário. (Redação dada pela Resolução 01/99).

Por fim, diante o exposto e conforme § 5º, do artigo 42, do Regimento Interno, venho solicitar o pedido de reconsideração ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa Legislativa.

Julio Cesar Pereira da Silva
Vereador do MDB

Justificativa: em plenário.

VISTO

Presidente

Autenticidade: 4ov8cjipr

02

ATA N.º 10.130

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, na Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, no prédio da Câmara Municipal, situada na Rua General Vitorino n.º 441, realizou-se a **Vigésima Primeira Sessão Ordinária** da Décima Sétima Legislatura. Sendo quatorze horas, havendo quórum regimental, a Presidente em exercício, a Vereadora Andrea Westphal, abriu a sessão com a presença dos seguintes Vereadores: André Lemes; Cláudio de Lima; Rafa Ceroni; Denise Marques; Filipe Branco; Charles Saraiva; Júlio Cesar; Laura Fagundes; Giovani Moralles; Rogério Gomes; Jair Rizzo; João da Barra e Flávio Maciel. Em seguida, foi feita a leitura do número da última Ata, sob o número 10.127 a qual foi aprovada. Posteriormente, o Senhor Secretário fez a leitura do expediente. Projetos de Lei de protocolos números: 2588/2019; 2573/2019; 2574/2019; 2565/2019 e 2571/2019; 2590/2019; 2594/2019; 2595/2019; 2597/2019 e 2600/2019. Requerimentos, indicações e moções de protocolos números: 2554/2019; 2555/2019; 2563/2019; 2564/2019; 2567/2019; 2579/2019; 2582/2019; 2583/2019; 2551/2019 e 2581/2019. Correspondência de protocolo número: 2556/2019; 2557/2019 e 2558/2019. Questão de ordem, o Vereador Charles Saraiva comunicou que nesta tarde estaria em reunião junto ao Gabinete do Executivo para o que não houve manifestação contrária por parte dos demais vereadores desta Casa. Logo após, foi aberta a **Hora da Doutrina**. O Vereador Rogério Gomes registrou que a partir de demanda encaminhada já está normalizado o atendimento médico junto ao Posto de Saúde da comunidade da Vila da Quinta, o qual atenderá na maioria dos dias da semana. Informou que solicitou junto ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros a permanência dos guarda-vidas civis na Praia do Cassino até o feriado de Páscoa, entretanto não será possível recebendo como resposta que no domingo que passou foi o último dia da presença dos mesmos. O Vereador Rafa Ceroni reiterou o edil que o antecedeu no tocante ao atendimento médico na Vila da Quinta. Registrou que oficiou à CORSAN sobre reparos que devem ser efetuados na obra realizada por aquela concessionária na Vila da Quinta. Destacou que foi encaminhado pedido para a limpeza e desobstrução do córrego próximo à Vila Quintinha. Comunicou que no último sábado em alusão ao encerramento do Março Lilás foi realizado evento que atendeu mais de vinte mulheres em frente ao portão da PERG, oportunidade em que se fizeram parceiros a Igreja Universal do Reino de Deus, a SMS e CREAS que receberam demandas das mulheres dos apenados. O edil discorreu sobre a conclusão da pavimentação da Rua dos

Franceses e sobre o encaminhamento do pedido de limpeza do Arroio das Cabeças de modo a dar maior tranquilidade aos moradores ribeirinhos. Por fim, agradeceu ao Executivo nas pessoas do Prefeito Alexandre e do Secretário Rodrigo pelas demandas atendidas. O Vereador Júlio Cesar comunicou que se sentiu emocionado ao participar do evento promovido pelo Grupo Ápice Down no último fim de semana cuja palestra Cromossomo Vinte e Um foi ministrada pelo diretor de cinema Alex Duarte. Destacou que esta palestra aborda o empoderamento da pessoa com síndrome de Down dando a devida autonomia à mesma. Parabenizou a organização do evento e a parceria com a Clínica Amor e Saúde, ressaltando que não houve apoio público, apenas o voluntariado. A Vereadora Denise Marques informou que acompanhou os colegas da Comissão de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Turismo nas diversas agendas estabelecidas a exemplo das reuniões com o HU e algumas secretarias de município. Registrou que este trabalho remete ao coletivo suprapartidário que se faz fundamental para vencer as diversas pautas. Comunicou que no fim de semana esteve acompanhando o Deputado Federal Henrique Fontana ocasião em que o mesmo agradeceu aos Riograndinos que nele votaram, reforçando seu comprometimento para com o município do Rio Grande. Informou que também esteve na Escola Dolores Garcia localizada no Parque Guanabara – Cassino participando de uma roda de conversa com as professoras Ingrid e Suzane para falar sobre as mulheres nos diferentes espaços ocupados na sociedade, de modo que o Março Lilás perpetue seus efeitos ao longo do ano. O Vereador André Lemes referenciou o passamento da professora do Curso de Direito da FURG senhora Leila Mara da Costa Valle no dia de ontem. Registrou que esteve em reunião com a Secretária da Educação, a professora Cristiane Lima que atua junto ao Movimento de Surdos em Rio Grande e o Prefeito Alexandre, ocasião em que apresentou indicação aprovada nesta Casa para cobrança diferenciada nos restaurantes do município aos pacientes submetidos a cirurgia bariátrica. Ressaltou que na mesma oportunidade abordou tema previsto na Lei Federal nº 13005/2014 que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação e prevê o Plano de Carreira dos Técnicos em Educação reiterando que cabe ao município conceber a regulamentação da categoria de modo a dar segmento ao tema relevante. O Vereador Giovani Moralles remeteu ao seu trabalho pretérito no tocante às obras de rede de esgoto no Bairro Parque São Pedro e registrou que coloca seu gabinete a disposição da comunidade para que esta tome conhecimento de seu trabalho em que pese sua atuação para a viabilização e execução da referida obra. Neste sentido fez críticas ao Executivo por anúncios tardios sobre tal obra observando que é preciso que o executivo volte os olhos ao problema ambiental que ocorre junto ao lixão dos Carreiros o qual foi alvo de

06

denúncia de sua iniciativa e de iniciativa do Vereador Cláudio de Lima apresentada ao Ministério Público. A Vereadora Tia Déia remeteu ao trabalho da mobilidade urbana realizado na Praça Xavier, que outrora deixou em esquecimento a construção da faixa de acesso para cadeirantes informando que a partir de hoje já está disponível a rampa de acesso à praça. Registrou que esteve no último sábado na EMEI Débora Sayão juntamente com a Reitora da FURG professora Cleusa, com a professora Renata Alonso e a Coordenadora de políticas públicas senhora Maria de Lourdes em roda de conversa por toda manhã, encerrando as atividades do Março Lilás. Destacou que ocorreu nas dependências deste Parlamento um encontro das mulheres servidoras da Casa que culminou em um momento de energia e confraternização razão pela qual agradeceu todas as servidoras presentes. O Vereador Repolhinho agradeceu à Presidência pela disponibilização do espaço nesta Casa para a realização da convenção do PSDB no último sábado ocasião em que ocorreu a eleição do Diretório e da Executiva do referido partido. Parabenizou a todos afirmando que já há organização para o próximo pleito eleitoral. Parabenizou o Secretário da Saúde Maicon em razão da atenção à demanda de médicos para a Vila da Quinta e da Quintinha. De igual maneira parabenizou o Vereador Rogério Gomes e o Executivo pela sensibilidade ao pleito. O Vereador Cláudio de Lima refletiu sobre as cobranças realizadas por parte da sociedade aos políticos e agradeceu à comunidade da Escola Rui Poester pelo reconhecimento do trabalho de seu mandato que tem buscado encaminhar as demandas daquela escola, de forma a promover cada vez mais segurança para as crianças e os jovens. O Vereador Filipe Branco parabenizou a senhora Eliane que promoveu o evento do Cromossomo Vinte e Um, ressaltando a audiência pública marcada para abordar esta pauta. Comunicou que esteve no Parque Marinha e em visita à Escola Porto Seguro parabenizou a organização e cuidado para com a mesma. Registrou que há notória falta de segurança no trânsito da Rua das Algas, que dá acesso à referida escola, razão pela qual oficiou à Secretaria de Mobilidade Urbana para que esta realize a alteração do sentido da referida rua e construa uma faixa de segurança para travessia de pedestre em frente à escola. Diz-se grato ao Secretário Brusch que foi sensível ao seu pedido. Manifestou que a Escola Porto Seguro está elaborando projeto para desenvolver uma horta em suas dependências e nesta perspectiva informou que estabeleceu contato com o Secretário do Desenvolvimento Primário – Tio Zé que foi sensível ao pleito de modo a disponibilizar material necessário para dar início a concepção da horta. Comunicou que visitou o senhor Paulo Cougo na Vila Eulina, ocasião em que recebeu demanda sobre o trapiche localizado na Rua Henrique Pancada na proximidade da Escola Cipriano Porto Alegre, o qual é utilizado pelos pescadores daquela região e a limpeza do

07

local de modo que os mesmos possam colocar as embarcações para terra para manutenção; na ocasião foi informado pelo senhor Cougo que o mesmo estará em reunião com o Secretário da Pesca Cláudio Costa e a representação de uma ONG com vista a buscar um trapiche com material reciclável e sustentável. O Vereador João da Barra registrou que é preciso reconhecer e parabenizar o trabalho do Chefe do Executivo e não somente dos Secretários, pois é o prefeito quem gere a execução dos serviços observando que é nítido o encaminhamento e andamento nas obras do município. O Vereador Vavá discorreu sobre a Sessão Especial da última quinta-feira em homenagem aos oitenta anos da Escola Estadual Lilia Neves localizada na Vila da Quinta. Agradeceu aos presentes e parabenizou à Diretora Marcia, aos professores, aos funcionários dentre outros pelo trabalho realizado na escola que atende alunos de diversos locais da zona rural do município. Registrou que esteve na oncologia do Hospital da Santa Casa do Rio Grande em diálogo com a senhora Sabrina Troca sobre o setor de radioterapia que enfrenta sérias dificuldades, destacando que há uma dívida que caso não seja quitada o quanto antes poderá comprometer o tratamento dos pacientes lá atendidos. O Vereador Rovam de Castro comunicou que enquanto líder da bancada do PT estava publicizando que o senhor Halley Lino realizou uma *live* nas redes sociais em que registrou que não será candidato ao cargo de prefeito em dois mil e vinte. Afirmou que há ciência de que no tempo em que resta até o próximo pleito eleitoral haverá ataques, entretanto, o legado e política daqueles que possam vir a ser atingidos em sua honra serão defendidos. Sendo quatorze horas e cinquenta e três minutos, o presidente em exercício, Cláudio de Lima, suspendeu a sessão até às quinze horas. Sendo quinze horas foi aberta a **Ordem do Dia.** Na sequência, foi lido o processo em revisão final de protocolo número 2106/2019 que foi aprovado. Continuando, foram lidos os processos inconstitucionais de protocolos números: 1500/2019 e 1251/2019. Logo após, foram lidos os projetos em deliberação de protocolos números: 2574/2019; 2600/2019; 2597/2019; 2595/2019; 2590/2019; 2594/2019; 2588/2019; 2571/2019; 2573/2019. Em seguida os mesmos foram baixados às comissões para análise. Em questão de ordem o Vereador Vavá solicitou inclusão na ordem do dia como preferência o projeto de lei de número 028/2019. O Vereador Benito solicitou a substituição do convite de viagem à Brasília junto ao processo que está em justificativa. O Vereador Júlio Cesar solicitou inclusão dos processos de números 1087/2019; 980/2019; 1117/2019; 1572/2019 e 1573/2019 na ordem do dia de quarta-feira. Logo após foi solicitado um minuto de silêncio pelos passamentos: Líder Comunitário Católico senhor Paulo Fernandes Leite Azevedo; músico senhor Zizi Bravo; professora senhora Leila Costa Valle – solicitações feitas pelo

08

Vereador Júlio Cesar; Senhora Valda Machado – moradora da ilha da Torotama – solicitação do Vereador Giovani Moralles e Senhor Vagner Munhoz – solicitação do Vereador Benito Metalúrgico. A seguir, o Vereador Spotorno solicitou que os vereadores que tem dúvidas acerca dos PLE's de números 020/2019 e 021/2019 formulassem questionamentos para encaminhar à SMS formalmente. O Presidente em exercício, Vereador André Lemes, informou que por orientação da assessoria jurídica o Vereador Benito tem de pedir arquivamento do projeto que está em discussão, protocolando um novo pedido de agendamento de datas. Desta feita o Vereador Benito solicitou que se mantenha a aprovação da viagem com posterior informe da data. O Vereador Giovani registrou que haverá dificuldade para encaminhamento. Dando continuidade em justificativa de voto assomou a tribuna o Vereador Benito que referiu ter entrado defendendo a classe trabalhadora e como vereador representa todos os trabalhadores, que é metalúrgico e representa também os metalúrgicos. Mencionou que em outras viagens os demais parlamentares nada fizeram pelo polo naval, que tinha nos anos passados apoio das outras presidências, que nunca se opuseram, pois todas as suas viagens foram aceitas, mas, agora como foi chamado pelo escritório de advocacia podendo trazer milhões para os trabalhadores do polo naval não está podendo realizar. Referiu que ao sair um grupo com cinco ou seis parlamentares somente um chega lá e fala. Milhões e milhões estão por vir, referiu o edil. O Vereador Júlio mencionou desejar um esclarecimento, normalmente apoiam a viagem de comissão especial para reunirem-se com determinada autoridade e neste requerimento consta a solicitação somente para um vereador viajar. O Vereador André externou que já foi feita a apreciação quanto a comissões ou não. O Vereador Benito afirmou que parece estar pedindo uma mula sem cabeça, que nunca um vereador viajou sozinho.O Vereador Rafa Ceroni assomou a tribuna e justificou seu voto favorável à viagem e afirmou que todas as viagens a partir de agora precisarão ser discutidas, uma vez que se trata de recursos públicos, que a Casa estará financiando as viagens e neste sentido mencionou mais uma vez quanto às videos conferências. Após o Vereador Benito referiu que conforme orientação da Consultoria Jurídica solicita seus assessores que criem um novo documento e solicitou o arquivamento do atual. O Vereador Giovani afirmou que não podemos confundir Câmara de Vereadores com Sindicato dos Metalúrgicos. Após foi feita a leitura do Processo 2487-1744/2019- PLE 32/2019. Após em discussão o Vereador Paulo Rogério assomou a tribuna e explicou sobre a vedação na lei de mil novecentos e setenta e três, uma lei que fere vários pareceres, porque fere o artigo cento e setenta a qual autoriza apenas aos locais onde existem cemitérios a construção de capelas. Pensa se tratar de uma correção na lei

09

de mil novecentos e setenta e três. Exclui o parágrafo único abrindo a livre concorrência e assim quem quiser trabalhar no ramo poderá fazê-lo dentro do plano diretor. Após o Vereador Giovani Moralles referiu que essa lei monopolizava os sepultamentos, vinculando todos a Santa Casa, pensa o edil é que irá flexibilizar a concorrência, pois o cidadão que quiser abrir uma funerária poderá abrir, essa correção se faz necessária e é vista com bons olhos ao se abrir concorrência. Em votação o projeto foi aprovado com dezessete votos favoráveis e um contrário, do Vereador João da Barra. Votaram de forma favorável os Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Edson Lopes, Benito Metalúrgico, Denise, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Júlio César, Laurinha, Giovani, Rogério, Jair Rizzo, André Batatinha, Repolhinho e Flávio Maciel. O Vereador Charles Saraiva estava com ausência justificada. Foi lido o PLE 30/2019, liberação de crédito para a Secretaria da Educação. Em discussão assomou a tribuna o Vereador André Lemes explicou que o projeto de lei se trata de um recurso de vinte e cinco mil reais que foi pleiteado juntamente ao Ministério Público, um recurso de vinte e cinco mil reais que serão destinados para compra de brinquedos para as pracinhas das escolas: Eliezer Rios, Alcides Barcellos também para as Escolas Pedro Osório, Argemiro de Lima e Vovó Zoquinha. Após o Vereador João da Barra elogiou o trabalho do Promotor Público referindo o ganho para as crianças, manifestou seu apoio. O Vereador Júlio César mencionou a discussão que se trata de um recurso extra na Secretaria da Educação e a administração resolveu colocar praças infantis em algumas escolas, porém sabemos que a escola se faz com infraestrutura, professores, mas também com um plano político pedagógico que atenda a educação das crianças. Exemplificou uma creche em que as crianças estão recebendo panfletos sobre a Reforma Previdenciária, indagou o edil como isso é possível uma vez que se trata de uma conduta totalmente inadequada nas escolas. Em questão de ordem o Vereador Rafa solicitou que o parlamentar se detivesse no tema. O Vereador Júlio continuou externando sobre as pessoas que foram em seu gabinete denunciar esta situação e que estão nas redes sociais denunciando também. Isso é tentar empurrar ideologias em crianças, frisou o edil. Após a Vereadora Denise Marques afirmou sobre a importância em utilizar recursos importantes, porque muitas vezes se critica a forma com que é discutido com a categoria sobre os vários assuntos ligados a educação. Explicou que uma vez que a categoria tinha no dia vinte e dois uma pauta de luta contra a reforma, foi ao encontro das escolas para que os professores tivessem o conhecimento. Citou que o processo educativo além do democrático envolve a questão do brinquedo nas pracinhas nas escolas de educação infantil, pois é de supra importância. O Vereador Rafa Ceroni manifestou o seu apoio ao projeto parabenizou a prefeitura municipal. Em

seguida o Vereador Vavá solicitou que a Escola Cristovão Pereira de Abreu na Ilha da Torotama também fosse contemplada. O Vereador João da Barra comunicou o seu apoio ao projeto. O Vereador Benito solicitou a preferência do projeto 2607-1820/2019. A Vereadora Laurinha referiu os vinte e cinco mil reais para que a prefeitura possa reconstituir os brinquedos e adquirir novos para as escolinhas. O Ministério Público está direcionando vinte e cinco mil para que cada escola receba os cinco mil a fim de reconstituir as pracinhas. Solicitou que existam mais projetos direcionados ao Ministério Público para que as benfeitorias ocorram. Criticou o município pois o caixa está direcionado para outros fins. Após o Vereador Rovam Castro justificou seu voto favorável ao recurso, que já tinha alguns pedidos através de sua assessoria e ficou feliz pelo fato de a SMED estar ajudando a Escola Vovó Zoquinha, pois era um pleito seu. Externou o seu apoio. Após o Vereador Spotorno comunicou que essa demanda é um processo continuo que os gestores pleiteiam junto ao Ministério Público, Federal, Estadual, etc. Recursos esses oriundos de arrecadação pelos órgãos públicos. Mencionou o quanto essas crianças serão beneficiadas. Foi feita a votação do projeto que foi aprovado com dezoito votos dos seguintes Vereadores: Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Edson Lopes, Benito Metalúrgico, Denise, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Júlio César, Laurinha, Giovani, Rogério, Jair Rizzo, João da Barra, André Batatinha, Repolhinho e Flávio Maciel. O Vereador Charles Saraiva estava com ausência justificada. Foi solicitada a preferência PLV 02/2019 pelo Vereador Edinho. Foi feita a leitura do PLE 20/2019. Abertura de Crédito na Secretaria da Saúde. Foi lido o Requerimento 630/2019autoria do Vereador Benito Gonçalves. O Vereador Giovani votou contrário a essa preferência do Requerimento 630. Foi lido o PDL 02/2019 Daniela Lourenço autoria do Vereador Edson Lopes que foi aprovado na ordem do dia. Em **Declaração de Liderança** pelo Partido Republicano Brasileiro- PRB- assomou a tribuna o Vereador João Dutra Júlio- João da Barra. Referiu suas andanças pela cidade e que os cidadãos estão lhe indagando o motivo pelo qual o parlamentar não deseja dar continuidade a sua candidatura. Referiu se sentir muito ruim no meio de tantos vereadores bons aqui nesta Casa. Externou não ter como deixar de falar o que pensa. Citou vários bairros como Recreio, Bosque, indagando como se encontram esses e outros bairros onde nada acontece. Continuando em **Declaração de Liderança** pelo Partido dos Trabalhadores – PT – Vereador Luis Francisco Spotorno afirmou que o Senador Luis Carlos Raizen estabeleceu como meta a construção de um porto próximo a Torres, sendo que nossa estrutura é pautada na economia trazida pelos mares. Nós que já tivemos uma derrubada da política naval, não podemos permitir isso, pois está na Porta da Rota do Sol, ali estando concentrados os manufaturados. Abordou que essa

mudança é extremamente preocupante para o sul do estado. Registrou que a Casa deveria se manifestar mediante o senador, com a reunião dos vinte e um vereadores. Prosseguindo em **Declaração de Liderança** pelo Partido Cidadania 23 – O Vereador Julian Rafael Ceroni da Graça - Rafa Ceroni prestou contas do trabalho que vem realizando dentro da Casa. Discorreu que com a chegada do inverno se preocupa principalmente para os moradores ribeirinhos. Como trabalho de prevenção encaminhou um ofício para aproveitar a máquina que está no Bairro Quinta a fim de auxiliar na melhor fluidez do Arroio das Cabeças, com a desobstrução do local. A seguir leu a resposta recebida da Secretaria de Infraestrutura informando que a solicitação foi encaminhada para ser operada. Ainda abordou que está trabalhando na operação "tapa buraco" também recebendo a resposta positiva. Ainda expôs que a pavimentação de entrada principal do bairro está concluída. Continuando em **Declaração de Liderança** pelo Partido Popular Socialista – PPS – Vereador Paulo Rogério Mattos Gomes abordou que teve o parecer contrário de seu projeto de que trata da obrigação dos supermercados terem uma sessão específica para os celíacos, pois não é de competência do município, dessa forma encaminhou para o local correto um requerimento. Registrou sobre a paralisação da obra na Rua Padre Feijó, que esteve conversando com eles, solicitando que inclua todo o trecho da rua, pois não está no planejamento do projeto. Informou que a equipe está retornando para a continuação das obras. Prosseguindo em **Declaração de Liderança** pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB – Cláudio Luis Silva de Lima – de Lima agradeceu alguns secretários do executivo, pois demonstrou através de fotos uma rua no Bairro Parque Marinha, a qual havia uma dificuldade para o trânsito, especialmente para os veículos grandes, sendo que através de um pedido seu foi mexido no meio-fio trazendo benefícios, sendo necessário realocar até uma boca de lobo. Depois discorreu sobre a candidata do partido do Presidente Bolsonaro, sendo a Senadora Carmem Flores, se ele não está enganado, não o que o colega anterior abordou. Se manifestou sobre o acidente que ocorreu a poucos dias no Bairro Centro, do qual os peritos têm que vir de Pelotas, com o corpo passando diversas horas estendido no chão, solicitou que a Casa se reúna para tratar a respeito disso. Posteriormente em **Declaração de Liderança** pelo Partido Patriota – Vereador Giovani Bastos Moralles sobre o pleito do colega anterior, analisando parecer que os secretários atendem de acordo com onde vem a demanda, pois expôs que ele próprio já havia levado o mesmo pedido ao executivo e não foi atendido. Lamentou que a comunidade pode não entender, pois ele mora no bairro citado. Também citou que não foi atendido em outras demandas, abordando que não deveria ser assim, sendo demandas da comunidade. Expôs também que no dia dezenove de março

12

teve uma reunião onde foi anunciada a obra da CORSAN, no Parque São Pedro. Prosseguindo em **Declaração de Liderança** pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB – Jair Rizzo Ferreira para discorrer sobre a termoelétrica, sendo que foi aberto o leilão no país e Rio Grande continua "no páreo", lamentando que em todo o país se constrói e pode em diversas cidades, questionou o motivo pelo qual em Rio Grande não pode, respondendo que o Ministério Público faz uma enorme exigência. Questionou se não teremos gás natural no Estado do Rio Grande do Sul, sendo a matéria-prima mais barata que existe. Lamentou também tudo que foi perdido com os investimentos no Polo Naval. Citou a Loja Havan que virá para Rio Grande, sendo que os empregos gerados são todos de um país comunista, a China. Após o secretário leu o PLE 28. A seguir o Vereador Vavá esclareceu que é relator do projeto e que já teve o parecer favorável da CCJ, sendo a compra de duas ambulâncias, uma para o posto que está sendo construído no Povo Novo, atendendo várias pessoas do interior. Expôs acreditar que até o final do presente mês o posto deve estar concluído. Noticiou que ela estará disponível por vinte e quatro horas. Posteriormente o Vereador Rafa analisou a importância de se ter disponível uma ambulância, antecipando seu voto favorável. Expôs que o tempo de distância da ambulância pode fazer a diferença para salvar uma vida. Seguindo o Vereador Filipe também antecipou seu voto favorável, parabenizando o Vereador Vavá que esteve em Brasília para fazer essa solicitação. Discorreu ainda que nada se consegue por telefone ou e-mail, sendo possível somente com a insistência e presencialmente. Continuando o Vereador João analisou que o povo nesse país paga muito em impostos, sendo que agora um deputado manda uma emenda de cento e sessenta mil, mas não atende a todas as necessidades da população. Questionou se acreditam que a saúde pública não merecia mais. Logo após o Vereador Giovani abordou sobre essas emendas que são buscadas, o vereador faz um trabalho para atender certas demandas da comunidade, mas lamentou não haver deputados de seu partido. Lamentou também que não se pode indicar para onde vai o dinheiro. Criticou o investimento do executivo em propagandas com salários dos servidores municipais atrasados. Logo após o Vereador Benito abordou a importância de estarem atuantes na Casa nas questões de saúde, devido a tantos problemas no país. Ainda abordou a necessidade de uma "Ambulancha" para as comunidades das ilhas, citando como exemplo uma picada de cobra que não oferta tempo para a pessoa se salvar, ainda com a ambulância do interior. Noticiou que tentará, por mais difícil que seja, a ambulancha, convidando os colegas para atuarem com ele a fim de irem fazer os pedidos. Após a presidente agradeceu a todos que participaram do Março Lilás e abordou que a partir de hoje, mudarão as cores, para a azul, a fim de

13

referenciar a conscientização sobre o autismo. Após o Vereador Giovani abordou que novamente há problemas com os vales-transportes, convidando o Vereador de Lima para uma reunião. Prosseguindo em **Declaração de Liderança** pelo Partido Republicano Brasileiro – PRB – Vereador João Dutra Júlio – João da Barra citou uma "vaquinha" que foi feita essa semana para uma cirurgia necessária a um cidadão, externando ser um desrespeito com as pessoas, onde a saúde pública deveria ser prioridade. Discorreu que se descobre a doença, mas não há como tratar. Lamentou que os governantes recolhessem impostos e não ofertassem retorno a população, sendo obrigação e dever do Ministério da Saúde, não passando por vereadores ou deputados, através de mendigagem para emendas, pois isso é politicagem. A seguir o Vereador Spotorno solicitou que incluísse na ordem do dia de quarta os PLE's 24 e 25. Posteriormente em **Declaração de Liderança** pelo Partido Patriota – Vereador Giovani Bastos Moralles expôs que levou doze anos para chegar nessa Casa e quando chegou nunca denegriu o trabalho de ninguém, até porque o povo não quer isso, quer trabalho. Explicou que a comunidade precisa entender que a alçada do vereador tem limites e muitas demandas deveriam ser feitas ao executivo. Sobre as emendas, mesmo que não tenham nenhum deputado de seu partido, é obrigação de todos legislar para todo e estado, portanto podendo solicitar para qualquer partido. Em aparte o Vereador Rafa abordou que acompanhou o colega nos pedidos para o Bairro São Pedro, usando de modelo para suas solicitações. Voltando ao Vereador Giovani, este analisou que sem o trabalho perseverante do edil, mais tempo necessitaria. Após o Vereador Júlio explicou que somente o deputado federal tem o poder de destinar recursos através de emendas. Ainda externou que o prefeito tem o poder de mexer em tudo o que foi discutido na Câmara por decreto, mas se for aprovado a emenda da Lei Orgânica, isso mudará. Lamentou que por Rio Grande não ter um deputado federal se perde muito dinheiro. Manifestou seu voto favorável. Prosseguindo o Vereador Jair esclareceu que toda a emenda parlamentar não consta no orçamento do município e, portanto, no momento que essa emenda é aprovada ela precisa passar por esse processo para suplementar o orçamento do município. Sendo dezoito horas foi encerrada a presente sessão. E nós por determinação digitamos a presente Ata, que depois de registrada no programa, será lida e assinada pela Senhora Presidente e pelo Senhor Secretário.

14

Vereadora Andrea Dutra Westphal Ceroni da Graça

Tia Deia

Presidente

Vereador Julian Rafael

Rafa Ceroni

1º Secretário

TWM/RMR/FMM.

ATA N.º 10.133

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, na Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, no prédio da Câmara Municipal, situada na Rua General Vitorino n.º 441, realizou-se a **Vigésima Terceira Sessão Ordinária** da Décima Sétima Legislatura. Sendo quatorze horas, havendo quórum regimental, a Presidente Andréa Westphal abriu a sessão, com a presença dos seguintes Vereadores: André Lemes; Cláudio de Lima; Rafa Ceroni; Denise Marques; Rovam Castro; Filipe Branco; Vavá; Charles Saraiva; Júlio Cesar; Laura Fagundes; Giovani Moralles; Rogério Gomes; Jair Rizzo; João da Barra; José Antônio Repolhinho e Flávio Maciel. Em seguida, foi feita a leitura do número da última Ata, sob o número 10.132 a qual foi aprovada. Posteriormente, o Senhor Secretário fez a leitura do expediente. Requerimentos, indicações e moções de protocolos números: 2644/2019; 2651/2019; 2647/2019; 2650/2019; 2652/2019; 2653/2019 e 2654/2019. Correspondências de protocolos números: 2649/2019. A Seguir, a Presidente informou à comunidade que na próxima semana haverá uma Sessão Extraordinária com vista a recuperar a sessão que não foi realizada no dia de ontem e que haverá cumprimento regimental na perspectiva de que se dê o bom andamento dos trabalhos desta Casa. Logo após, foi aberta a **Hora da Doutrina**. O Vereador João da Barra parabenizou a presidente por sua fala e postura adotada a partir do ocorrido na sessão de ontem e referiu ao Vereador Rafa Ceroni afirmando que errar é humano. O Vereador Charles Saraiva comunicou que conversou com o Deputado Estadual Fábio Branco a respeito da notícia veiculada sobre a proposta do Senador Heinze de construir um porto marítimo no município de Torres. Manifestou que o porto de Rio Grande sustenta este município e parte do Estado do Rio Grande do Sul. Destacou que a metade norte tem mais força política que a metade sul do estado, portanto recomendou atenção de todos. Frisou que o Deputado Fábio Branco é contrário a proposta do referido Senador. Aparte o Vereador Spotorno manifestou que não há expansão de economia no estado que justifique o aumento do modal portuário. Continuando, o Vereador Charles disse não ser possível que se perca o porto tal qual ocorreu com o polo naval. Afirmou que o número de trabalhadores do porto de Rio Grande é expressivo, bem como o número de empresas que utilizam o serviço portuário, sendo o porto fundamental para a sobrevivência da cidade e da região sul do Rio Grande do Sul. Ressaltou que é preciso dar condições e qualidade para quem usa os serviços portuários. Encerrou manifestando que é momento de união em favor do porto riograndino e frisando as perdas

16

ocorridas a exemplo da Termelétrica. O Vereador André Lemes destacou a participação no ato de lançamento do mês em que se discute o autismo no Largo Dr. Pio. Afirmou que este não é um tema para comemoração, mas sim de conscientização referente aos impactos e responsabilidades enquanto agentes públicos e políticos sobre esta pauta. Ressaltou que o convênio entre a Secretaria de Município de Educação e UNICEF que promove a busca ativa escolar de crianças e jovens entre quatro e dezessete anos que estavam fora das escolas rende frutos e desta feita a UNICEF trará caravana de esporte e das artes no mês de abril no espaço da Praça Saraiva. A Vereadora Denise remeteu a matéria publicada no Jornal Agora sobre o autismo. Manifestou que esse é um tema que está se descentralizando e percorre as comunidades e em especial as escolas que incluem este tipo de síndrome refutando o preconceito e vencendo-o através do cuidado e do amor de modo a garantir a cidadania. Remeteu a lei municipal de redução da carga horária de cinquenta por cento dos servidores como exemplo de política pública aplicada que beneficia portadores desta síndrome e familiares. O Vereador Rovam Castro discorreu sobre pauta advinda do ano de dois mil e onze que aborda a ciclovia do Bairro Bolaxa que à época foi conquistada junto ao executivo com recursos próprios escassos e que desde então tem somado outras melhorias a exemplo da iluminação, arborização e da infraestrutura com asfaltamento de dois mil e seiscentos metros da ciclovia e posterior sinalização. O Vereador Rogério Gomes remeteu ao esforço do trabalho do vereador que o antecedeu em que pese a pauta da ciclovia entre Bolaxa e Cassino, reiterando o atendimento inicial com recursos ínfimos e com pouca estrutura, dizendo-se partícipe na concepção desta obra. Registrou que está buscando reunião com os motos clubes do município para incluir Rio Grande e Cassino na programação dos encontros de motociclistas promovidos pela AMO-RS que ocorrem ao longo do ano acreditando que desta forma o turismo pode ser fomentado no Cassino. O Vereador Giovani Moralles frisou que não adianta o executivo divulgar ações ao passo que o povo está insatisfeito com os serviços básicos. Neste sentido, criticou o executivo remetendo a lei de sua autoria como exemplo de descaso do mesmo, uma vez que a referida lei que beneficia autistas no transporte coletivo está a cerca de um ano por ser regulamentada e, portanto, ainda não gerou seus efeitos. O Vereador Jair Rizzo informou que estava em contato com a engenheira Ane da empresa Ecoplan Engenharia oportunidade em que tratou sobre a retomada dos estudos da ligação a seco entre Rio Grande e São José do Norte. Explicou que durante o ano de dois mil e dezoito por ocasião da visita do Ministro dos Transportes houve informação de que no início deste ano ocorreria a retomada de tais estudos o que de acordo com a senhora Ane não foi autorizado. Afirmou que em razão destas

17

informações aguarda agenda junto ao Ministério da Infraestrutura e com o Diretor Geral do DNIT para tratar desta pauta. Logo após, a Presidente registrou pedido público de desculpa à Superintendente da Habitação senhora Marilu que estava presente nesta Casa na Sessão Especial alusiva ao dia da Mulher por não fazer referência à sua pessoa naquela ocasião. O Vereador Rafa Ceroni remeteu a sua fala e a comunicação de suas ações conforme leitura registrada na ATA de número 10.130 da última segunda-feira. Apresentou às câmeras o Ofício de número 056/2019 que solicita à secretaria competente o desassoreamento do Arroio das Cabeças na Vila Quinta para o que foi atendido através do encaminhamento da Ordem de Serviço de número 13.147. Afirmou que seu trabalho é comprometido com a verdade e que não se apropria das pautas dos demais colegas. Reiterou que é base aliada do governo Alexandre e que a crítica pela crítica não constrói, sentindo-se à vontade para assomar à tribuna sempre que em benefício da população. O Vereador Flávio Maciel retomou a pauta do transporte coletivo e a dificuldade dos usuários em adquirir passagens, em especial os estudantes. Criticou o argumento da empresa responsável pelo serviço de transporte que informou em matéria do jornal local estar sendo vítima de um ataque cibernético e questionou porque a empresa não relatou o fato anteriormente, uma vez que a situação já existe há mais de uma semana. Destacou que houve tentativa de contato com o senhor Maiato, responsável pela empresa de transportes sem lograr êxito. Exigiu atitude das autoridades do município e cobrou um posicionamento da Secretaria de Trânsito. O Vereador Filipe Branco discorreu sobre trabalho junto a Associação de Moradores da Vila Eulina, parabenizando a direção do senhor Paulo Cougo. Reiterou a demanda do trapiche da Henrique Pancada que está deficiente quanto à finalidade de uso para os pescadores do entorno. Informou que o senhor Paulo Cougo demandou a SMP para a construção de um novo trapiche ou limpeza daquele espaço de modo a atender as necessidades dos pescadores e que o mesmo recebeu promessa de que no segundo semestre deste ano haverá a construção de uma nova estrutura para atender aquela comunidade. O Vereador Repolhinho assomou a tribuna manifestando preocupação acerca da reforma da previdência social ressaltando que os mais sofridos são o pequeno agricultor, o operário, as mulheres. Ressaltou que estes não são os responsáveis pela quebra da previdência, mas sim os sonegadores de impostos. Destacou que há uma inversão na atual proposta de reforma entendendo que esta deveria começar pelos maiores, a exemplo do Congresso Nacional e do Judiciário, para só então chegar à classe trabalhadora. O Vereador Cláudio de Lima remeteu ao risco da proposta de um novo porto no RS. Registrou que fez uma análise das últimas gestões dos governos do RS desde o governo de Antônio Brito até a atual gestão

18

percebendo que houve alternância entre MDB, PT e PSDB restando pressupor que houve ou falta de competência ou falta de interesse na gestão dos interesses portuários. Destacou que os valores que implicam no modal rodoviário refletem na movimentação portuária. Afirmou que a situação não está pior dada a atividade dos terminais privados. O Vereador Spotorno remeteu a leitura econômica de interesse privado em detrimento do interesse social para o RS para justificar a proposta de um novo porto na metade norte do estado. Questionou qual é a razão de mais uma porta modal se a economia gaúcha não cresceu na mesma proporção ressaltando que o único interesse da proposta do Senador Heinze é econômico atendendo interesses privados de poucos. Registrou que ao longo do tempo houve um crescimento do porto de Rio Grande que se configura em um conjunto amplo e afirmou ser idiotice a Tese acerca do conjunto de portos de Santa Catarina haja vista que o porto de Rio Grande abrange todos estes. O Vereador André Batatinha afirmou que querem acabar com o porto de Rio Grande cuja atividade há muito sustenta o município e o país. Manifestou não haver explicação para construir outro porto no Rio Grande do Sul e afirmou que é preciso união para brigar pelo interesse do Porto Riograndino reiterando que os trabalhadores portuários vêm perdendo a cada convenção seus direitos adquiridos. Ressaltou que querem acabar com a zona sul, com os trabalhadores e com a cidade de Rio Grande e nesta perspectiva chamou a todos para entrar na luta contra a proposta. Questão de ordem o Vereador André Lemes comunicou que no próximo dia dez de abril a Comissão de Saúde tem agenda com Promotores Públicos Estaduais Dr. Erico Russo e Dr. José Alexandre Zachia Alan, para tomar ciência acerca do caso da Santa Casa do Rio Grande cuja condução é de responsabilidade dos referidos promotores. Neste contexto, o edil fez convite aos vereadores da Casa para participarem da reunião deixando claro que a mesma não é aberta à comunidade ou às assessorias dos edis. O Vereador Spotorno solicitou à Presidente reforço da informação quanto à transmissão da TV Câmara para o que a mesma comunicou que em função de um redirecionamento do satélite a transmissão da sessão está ocorrendo pelo canal aberto 47.3. Sendo quinze horas foi aberta a **Ordem do Dia.** Questão de ordem, O Vereador Júlio Cesar informou que na última segunda-feira dia primeiro de abril solicitou decurso de prazo de projeto que estava sem parecer da CCJ registrando que no dia seguinte o mesmo foi dado como inconstitucional. Desta feita pediu à Presidência que trouxesse à avaliação o processo fazendo uma nova consulta ao Jurídico da Casa acerca do decurso de prazo antes do mesmo ser lido como inconstitucional e para tal solicitou fosse juntada a ATA registrada na sessão do dia primeiro de abril. Logo após o Vereador Flávio Maciel pronunciou as seguintes palavras: "*Presidente, eu preciso esclarecer*

19

algumas questões e realmente acredito que o Vereador Júlio Cesar tem razão na sua solicitação. É o que ocorre, o Vereador diz que está há quatro mandatos aqui, quatro vezes quatro são dezesseis então no mínimo quatorze anos que o Regimento, ele é falho. O Regimento ele dá ao Relator um prazo pode-se entender de dez mais dez. É, esse prazo foi cumprido pela CCJ, pelo Relator. Está protocolado na Comissão, junto com o funcionário Fred, e o Vereador Júlio pede por decurso de prazo na segunda-feira. Quando o projeto voltou do Relator no prazo, no prazo que o Regimento dá direito ao Relator de manter o projeto em posse, nesse meio tempo até outra reunião da Comissão o Vereador pede pra que ele entre por decurso de prazo. Existe uma falha no Regimento. Foi proposto ano passado uma reforma do Regimento, inclusive, para que o vereador, os vereadores todos pudessem é, alterar e fazer as alterações pra tirar esses problemas regimentais que são antigos. O Regimento é muito antigo e realmente existe uma brecha no Regimento que possibilita esses tipos de problema. O prazo foi extremamente cumprido, com protocolo. O projeto foi protocolado pela CCJ com Relator e ele foi devolvido à Comissão do Relator dentro do prazo que o Relator tinha direito, mas existe sim uma brecha e eu acho que o Vereador Júlio tem razão é na solicitação por uma falha do Regimento e não da Comissão da CCJ. Discutimos ontem isso na Comissão com os Vereadores e a Comissão realmente preferiu dar o parecer pela inconstitucionalidade do projeto, mas realmente existe falha no Regimento que possibilita esses problemas. Obrigado." A Presidente respondeu ao Vereador Flávio que compreendia sua afirmação, embora não concordasse com alguns argumentos acerca do Regimento. Em atenção ao Vereador Flávio Maciel, a Presidente informou que o mesmo solicitou o registro da sua fala acerca do prazo de que dispõe o Relator para dar retorno de análise da CCJ. Destacou que o referido processo chegou ao Jurídico da Casa na última sexta-feira e salientou que em tempo pretérito ao que lhe parece a matéria dada por inconstitucional não vinha a Plenário. Remeteu ao artigo dezenove do Regimento para embasar suas afirmações. Registrou que o Relator do processo em questão é o atual Presidente da CCJ e que em respeito ao Vereador Júlio não seria lido como inconstitucional o projeto. Logo após, foram lidos os projetos inconstitucionais de protocolos números: 2196/2019; 2182/2019; 2229/2019 e 97/2019. Na sequência, a Presidente buscou esclarecer aos colegas e à comunidade o que versa no artigo quarenta e dois do Regimento fazendo sua leitura de modo a não haver distorção nas interpretações do que foi dito anteriormente. Reiterando que foi dado aceite a solicitação do Vereador Júlio Cesar. Questão de ordem o Vereador Flávio Maciel registrou não ter afirmado que o prazo do Relator é de dez dias e mais dez dias. O Vereador Benito diz-se preocupado com a sua indicação e

20

solicitou a preferência do projeto. A Presidente respondeu ao edil afirmando que seria o próximo logo após encaminhar o projeto que ficou em discussão. Dando seguimento, em **Declaração de Liderança** pelo Partido Solidariedade – Vereador Flávio Maciel manifestou indignação com tratamento dispensado pela Presidência de um vereador para outro. Afirmou que busca esclarecer a manifestação em defesa do pedido do Vereador Júlio fundamentando-a na própria leitura do artigo quarenta e dois do Regimento realizada anteriormente pela Presidente, ressaltando que o Relator pode dispor do tempo necessário para emitir parecer. Destacou que a mesa já pediu prazo de vinte dias à CCJ para liberação do processo de revisão do Regimento. Aparte a Presidente registrou que a manifestação do vereador não estava sendo verídica e que tal solicitação foi em razão de após os dez dias ter ocorrido pedido de mais dez dias de prazo, reiterando que a manifestação poderia ter a tendência que lhe conviesse. Continuando o Vereador Flávio Maciel afirmou que o Regimento está errado e que embasa seu argumento no referido artigo quarenta e dois do mesmo para o que exemplificou com projeto do Vereador Rovam que ficou preso na CCJ ao longo de um ano, tempo em que a atual Presidente da Casa presidia a CCJ. Mostrou-se indignado reafirmando que a culpa é do Regimento que atende ao interesse de alguns e manipula a sociedade. Por fim, registrou sua insatisfação quanto tratamento dispensado a alguns mandatos em detrimento do tratamento dispensado ao seu mandato. A seguir o senhor secretário leu o PLE 28 que havia ficado em discussão. Após o Vereador Charles, passou a discutir, embora também concordasse com a importância do próximo projeto, no entanto, abordou sobre a necessidade de ambulâncias, citando o acidente que ocorreu nas proximidades da Câmara. Discorreu que ligou para o serviço através do número 0800 que é de competência da Prefeitura, no qual atendem mais rápido e não tem necessidade em dar tantas explicações, mandando imediatamente a ambulância mais próxima ao contrário da Samu. Lamentou a morte da pessoa no acidente relatado, no qual talvez pudesse ser evitado se houvesse veículo disponível. Logo após o Vereador Rogério citou ter uma solicitação aprovada no ano de dois mil e dezessete, infelizmente nada conseguindo, sendo que reforça a necessidade de uma ambulância para o Balneário Cassino. Relatou que a localidade fica aproximadamente três horas descoberta devido a distância e trânsito até chegar ao hospital. Seguindo o Vereador Edinho parabenizou o proponente também pelo entendimento de ser mais viável haver uma ambulância no Bairro Povo Novo, ao contrário da Ilha da Torotama, sendo a ideia inicial. Ainda fez referência também de como funciona o serviço da Samu. Criticou o número alto de trotes, que atrapalham o serviço. Também discorreu sobre as distâncias que as ambulâncias

21

necessitam percorrer para alcançar as demandas. Posteriormente o Vereador André Lemes abordou que uma ambulância custa em torno de trezentos mil reais, porém a emenda conseguida é de cento e sessenta mil reais, que obviamente auxiliará no ajuste de orçamento. Expôs ser um absurdo o tempo discorrido para a chegada de serviços de tamanha importância. Continuando, em justificativa, o Vereador Charles parabenizou o Vereador Vavá e o Vereador Batatinha por acreditar ser o que mais consegue emendas, assim como outros. Também expôs as dificuldades dos funcionários tanto do Samu como os funcionários da prefeitura. Noticiou o número correto, 0800 645 1192 para solicitar ambulância no município. Manifestou seu voto favorável. Prosseguindo o Vereador Benito destacou a necessidade, que deveria ter até mais veículos. Noticiou que conseguiu uma emenda de trezentos mil reais para a aquisição de uma ambulância UTI para a prefeitura. Citou casos de ligações para a Samu nos quais são solicitadas muitas informações, enquanto existe a necessidade da presença. Expôs seu voto favorável. Logo após o Vereador João demonstrou através de fotos, doentes nos corredores do hospital, devido aos governantes irresponsáveis. Destacou que os vereadores não devem mendigar por emendas, sendo obrigação deles mandarem dinheiro direto, pois é referente aos impostos pagos pela população. Noticiou seu voto favorável. Seguindo a Vereadora Denise analisou a importância desse debate com a comunidade sobre a saúde devido esses recursos estarem prestes a serem diminuídos, dificultando ainda mais estabelecer as prioridades. Referiu que o orçamento infelizmente nunca é suficiente para atender as demandas. Logo após o Vereador Giovani mostrou uma foto sua do dia trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, ocasião do encerramento de sua presidência na Casa, no qual estava repassando recursos para aquisição de ambulâncias ao executivo, também sugeriu a aquisição de um micro-ônibus para o transporte a fim dos pacientes realizarem hemodiálise. Lamentou que nunca viu o que aconteceu com o valor devolvido. Continuando o Vereador Vavá discordou do colega Vereador João, pois as emendas são importantes para os munícipes, ainda mais sabendo das dificuldades do qual o município enfrenta. Reiterou a necessidade de se conseguir as emendas com seus partidos. Continuando o Vereador Edinho concordou com o colega anterior, especialmente por não termos deputado federal, na importância de se tentar trazer emendas. Demonstrou a sua solicitação de aquisição de uma ambulancha, para as localidades das ilhas, pois a logística é realmente melhor. Posteriormente o Vereador Júlio antecipou seu voto favorável, porém abordou ser muito pouco para Rio Grande, sendo que se perde mais de quinze milhões de reais anualmente por não ter um deputado federal. Cumprimentou também os profissionais do serviço da Samu e do município.

22

Após o Vereador Repolhinho discorreu ser uma luta do Vereador Vavá para conseguir esse recurso. Relatou que tem um projeto para ter a Samu na Vila da Quinta, sendo que já possuem a estrutura, mas infelizmente ainda não conseguiram. Dispôs que mesmo com a ambulância a Samu é mais estruturada. Seguindo o Vereador André Lemes anunciou que na próxima sexta-feira e sábado acontecerá a 10ª Conferência Municipal de Saúde e por estar à frente da Comissão, relatou que houve pré conferências, sendo que o mais solicitado nesses eventos foi exatamente o tratado nesse projeto no qual a região que mais demandou foi a localidade das ilhas, por ambulâncias. Expôs seu voto favorável. Continuando o Vereador Rafa referenciou seu voto como favorável, pois beneficiará a comunidade do interior, citando outros comprometimentos do prefeito com a saúde da região, sem pensar na sigla partidária. Logo após o Vereador Filipe justificou seu voto favorável. Abordou que as emendas somente são conseguidas pessoalmente, nada sendo conseguido com vídeo conferências ou por telefone. Lamentou que o prefeito negou o recurso do qual ele conseguiu com o mesmo deputado para a Praça Saraiva. Citou outras emendas que também conseguiu. Após, em votação o projeto foi aprovado com vinte votos dos seguintes vereadores: André Lemes, Cláudio de Lima, Edinho, Rafa Ceroni, Benito Gonçalves, Denise Marques, Spotorno, Rovam Castro, Filipe Branco, Vavá, Charles Saraiva, Júlio Cesár, Laura Fagundes, Giovani Moralles, Rogério Gomes, Jair Rizzo, João da Barra, André Batatinha, Repolhinho, Flávio Maciel. A seguir a presidente esclareceu que na próxima terça-feira, das nove horas ao meio-dia, acontecerá uma sessão extraordinária. Também passará outra circular sobre o Regimento Interno, para que todos os vereadores possam ter mais clareza sobre ele. Seguindo o Vereador Giovani agradeceu a solenidade feita ontem para a primeira mulher conferente dos portos e ao Vereador Filipe por ser o único presente. Posteriormente o Vereador Flávio parabenizou a presidente pelas propostas. Após o Vereador Rafa registou que todas as terças-feiras pela manhã possui compromisso com sua filha. Seguindo o Vereador Benito solicitou a preferência de sua indicação, sendo submetido ao plenário com a objeção somente do Vereador Giovani. Foi feita a leitura do Requerimento 530 do Vereador Benito. Prosseguindo o Vereador Giovani, em discussão, manteve sua posição, pois autorização a Casa pode dar, mas não é justo que a Casa custeie problemas que deveriam ser pagos pelo sindicato, devido essa matéria ser referente a ele, exclusivamente dos trabalhadores do polo naval, inclusive acreditar nem ser legal. Posteriormente o Vereador Benito esclareceu que ele como vereador entrou com processo de lesa-pátria contra o Ex-Presidente Michel Temer, a fim de buscar indenização para os trabalhadores, pois lhes foi anunciado um projeto de trinta anos, no qual foi suspenso, deixando todos, inclusive na cidade, decepcionados. Lamentou

23

que o Vereador Giovani esteja trancando a pauta, ainda que ele esteja tentando comprar passagem com antecedência, com o propósito de economizar para a Casa. Questionou se o colega já fez algo melhor que ele para os trabalhadores do polo naval e que o voto contrário seria contra a classe trabalhadora. Logo após o Vereador Giovani registrou não ser ele que está trancando a pauta. Reiterou novamente não ser contra os trabalhadores, mas que essa matéria é exclusiva do sindicato, não sendo possível o povo custear. Ainda abordou que o edil conseguiu até mudar a data. Questionou se a comunidade acha justo isso. Continuando em votação o processo foi aprovado com quinze votos favoráveis e um contrário do Vereador Giovani. O Vereador Spotorno solicitou prorrogação por cinco horas da sessão. A Senhora Presidente solicitou manifestação dos parlamentares, mas como todos apoiaram a sessão foi prorrogada por cinco horas. O Vereador Rogério afirmou seu compromisso as dezoito horas. Dando prosseguimento em **Declaração de Liderança** pelo Partido Cidadania 23- assomou a tribuna o Vereador Julian Rafael Ceroni da Graça- Rafa Ceroni. Referiu sobre a regulamentação das transmissões da TV Câmara, citou que os três poderes estão presentes na sociedade e indagou o motivo pelo qual somente os parlamentares estão expostos, com sessões transmitidas todos os dias pela televisão. Externou a exposição e a disputa de ego e de vaidade, de quem aparece melhor na televisão. Pensa o edil que precisam ser transmitidas pela TV, audiências públicas, processos relevantes para a sociedade, manifestações de processos de lei aprovados pelos edis. Temos que usar tecnologia, assessores de plenário e transmissão por internet ademais uma parte somente da população assiste, uma vez que a TV não alcança muitas residências. Para que temos a TV Câmara para apenas uma parcela da sociedade, indagou o edil. Em **Declaração de Liderança** pelo Partido Republicano Brasileiro- PRB- assomou a tribuna o Vereador João Dutra Júlio- João da Barra. Referiu o ano de mil novecentos e noventa e oito quando assumiu a comunidade da Barra, quando lutou muito e ainda luta pela regulamentação fundiária. Citou as discussões, várias reuniões para que em outubro de dois mil e onze fosse feito o repasse do patrimônio da união para o município. Ao sair do governo do município o Prefeito Fábio os documentos estavam prontos para entrega aos proprietários. O povo da Barra já era para estar com as escrituras há muito tempo e hoje vamos votar, os senhores comprem uma cadeira de balanço para não cansarem, porque o secretário é lento feito tartaruga, referiu o edil. Citou a situação dos moradores que sempre lhe indagam quando o problema será solucionado. Comunicou que nunca enrolou ninguém para chegar aqui. Construi paradas de ônibus, lavei valeta na rua, recolhi lixo na rua, frisou o edil. Agora que sou vereador não consigo fazer porcaria nenhuma, pois preciso implorar para que algo

24

aconteça, mencionou o edil. Foi feita a leitura do PLE 24/2019- Regularização dos terrenos dos Bairros Profilurb I e II. Após o Vereador Spotorno mencionou que é necessário registrar que o processo de regularização fundiária é uma estrutura complexa, são áreas de diversos domínios, da união, do estado, que levam longas e demoradas conversas. Esse processo começou em junho de dois mil e doze quando foi feita a topografia e levantamento econômico- social, todo o processo sob o domínio da Caixa Econômica Federal, e alguns itens não foram considerados, mas exigidos pela Caixa, como: Qual a finalidade de a pessoa estar no lote? Qual era o tempo de posse que a pessoa está no local? Ao entrar o Prefeito Alexandre todos ficaram atrelados ao projeto, ademais inclui inúmeras vantagens quanto aos valores pagos na regularização, recebimento da escritura. As pessoas como posseiras tem a garantia de ter a matrícula do imóvel, podem realizar benfeitorias como quiserem com financiamento público, trazendo para si todos os benefícios que se deseja, que se quer. Em dois mil e quinze foi feito outro levantamento topográfico, cadastro para o município tomar conhecimento de quem está e quais as características do bem, existe também o Plano Diretor que estabelece normas dizendo qual a altura, largura de rua, não é possível pegar um plano diretor e colocar em zona desordenada dentro desse processo, caso contrário casas precisariam ser derrubadas. Precisam ser ajustadas as condições existentes. Foi aprovada a Lei 8081/2007 o Plano Urbanístico e em dois mil e dezoito foi feita a coleta de informações, segundo a Lei 13345 de Regulamentação Fundiária, a mesma facilita aos posseiros passarem à proprietários. Agora está para ser votado com algumas condições estabelecidas e os termos de transferência constam nos projetos de lei. Foi solicitado o arquivamento do Processo 1854/2019 pelo Vereador André Lemes. Após o Vereador Benito manifestou seu reconhecimento a todo o trabalho dos funcionários da Secretaria da Habitação. Citou a necessidade em investigar a situação dos terrenos a serem regularizados. Hoje a Profilurb e a Barra estão realizando um sonho, mencionou o edil. Após o Vereador Charles Saraiva referiu que se não fosse Fábio Branco iniciar este projeto, hoje não estaria aqui para ser votado. Afirmou seu apoio. Em seguida o Vereador Jair Rizzo externou sobre o início do processo quando estava trabalhando como Secretário da Habitação, que deixaram um grande legado e com esse plano municipal acabou a questão do achismo, naquela época vinte mil unidades precisariam ser regularizadas. Ficou registrada toda a questão fundiária do município. Recursos já foram votados e agora chega mais esse processo, afirmou que a regularização ainda não saiu do papel. Citou que o Bairro Cidade de Águeda foi regularizado na ocasião entre outros bairros. Externou seu apoio. Em seguida o Vereador Júlio César comunicou a necessidade em ler, estudar o projeto que não pode

25

ser apenas uma homologação que a prefeitura está propondo. Citou as diversas situações de residências e, neste sentido, precisam debater os vinte artigos constantes no processo, por exemplo, somente famílias com renda até cinco salários mínimos podem receber a regularização, frisou que precisa haver uma comissão de avaliação caso não exista enquadramento da situação no projeto, são regras que precisam ser esclarecidas. Afirmou esperar a discussão para firmar sua posição. Após o Vereador Flávio Maciel externou que por muitas vezes as lutas não aparecem citando também sua luta pela regularização fundiária. Referiu ter enviado um ofício para o Prefeito Municipal em outubro de dois mil e treze a fim de cadastrar no sistema de convênio e contratos a regularização de terrenos incluindo este, além de outros. Em seguida o Vereador João da Barra afirmou que o pessoal não aguenta mais blá, blá, blá, e o secretário tem que se virar. Eu como morador da Barra quero ver as pessoas receberem as escrituras, frisou o edil. Após o Vereador Rogério registrou que depois de toda a demora hoje essa Casa dá um passo importante, o primeiro passo foi dado quando foram transformadas as áreas para a habitação, as pessoas poderão pagar a regularização após a avaliação em parcelas, e as que estiverem de acordo serão beneficiadas no momento da regularização. Parabenizou a Secretaria de habitação, o Prefeito e o Vice-Prefeito. Houve a apresentação de uma emenda por parte do Vereador Júlio César emenda substitutiva no artigo primeiro onde diz em até vinte e quatro prestações passa para até sessenta prestações. A emenda baixou as comissões. Foi feita a leitura do PLE 25/2019- Regularização Fundiária para as pessoas moradoras da Barra Velha. Após o Vereador João externou que o importante é saber quando irão entregar as escrituras, porque desde dois mil e onze até hoje nada aconteceu. Após o Vereador Flávio discorreu sobre a quantidade de imóveis que foram entregues e estão sendo preparados para a finalização. Solicitou ao Vereador Júlio para que faça o pedido de emenda direto a Comissão, pois já é um processo demorado. A seguir o Vereador Júlio registrou já estar pronta a outra emenda e entregará diretamente a Comissão. Após o Vereador Edinho apelou para que todas as emendas fossem apresentadas naquele momento. Continuando o Vereador Edinho informou que estavam com dois projetos, sendo que o Vereador Júlio emendou com duas emendas o primeiro e após mais uma emenda no segundo projeto. Solicitou a suspensão da sessão por cinco minutos para a CCJ dar o parecer. Continuando os vereadores passaram a debater qual a melhor maneira para seguirem os trabalhos. A seguir foi feita a leitura das emendas do projeto em discussão: emenda aditiva do processo 2214 do Vereador Júlio, Vereador Repolhinho e Vereador de Lima; emenda substitutiva ao artigo primeiro do Vereador Júlio e mais uma aditiva do Vereador João. Após o Vereador

26

Spotorno solicitou a reinserção do PLE 24 e a suspensão da sessão para se dar o devido parecer. E a presidente informou somente existir uma emenda com parecer e as outras baixaram para o parecer. A seguir o Vereador Júlio apresentou formalmente a emenda. Seguindo o secretário leu a emenda ao processo 2212 dos Vereadores Júlio, de Lima e Repolhinho. Prosseguindo a presidente suspendeu a sessão por cinco minutos para sanar todas as dúvidas, sendo dezoito horas e dezoito minutos foi suspensa a sessão. Após foi reaberta a sessão a presidente esclareceu haver mais processos na ordem do dia. A seguir o Vereador André Lemes solicitou que seu requerimento fosse apreciado, ainda que de maneira célere, devido a data. Após foi lido o PLV 186 do Vereador Júlio e o proponente solicitou pauta sendo aceita. A seguir, foi colocado em votação o pedido de pauta por esta sessão para o processo o qual foi aprovado havendo manifestação contrária do Vereador João da Barra. Logo após deu-se a leitura do processo de protocolo número 2212/2019, da emenda de número 01/2019 e da emenda aditiva de número 02/2019. Não havendo inscritos para discussão e não havendo inscritos para justificativa o projeto foi submetido à votação. A seguir foi realizada a chamada nominal estando presentes os seguintes vereadores: Andréa Westphal; André Lemes; Cláudio de Lima; Rafa Ceroni; Edson Lopes; Benito Gonçalves; Denise Marques; Spotorno; Rovam Castro; Filipe Branco; Vavá; Charles Saraiva; Júlio Cesar; Laura Fagundes; Jair Rizzo; João da Barra; André de Sá Batatinha; José Antônio Repolhinho e Flávio Maciel. Na sequência, foi realizada chamada nominal do processo em votação sendo o mesmo aprovado com dezoito votos dos seguintes vereadores: André Lemes; Cláudio de Lima; Rafa Ceroni; Edson Lopes; Benito Gonçalves; Denise Marques; Spotorno; Rovam Castro; Filipe Branco; Vavá; Charles Saraiva; Júlio Cesar; Laura Fagundes; Jair Rizzo; João da Barra; André de Sá Batatinha; José Antônio Repolhinho e Flávio Maciel, havendo duas ausências dos vereadores Giovani Moralles e Rogério Gomes. Posteriormente, foi realizada a votação nominal da emenda 01/2019 que foi rejeitada com dez votos contrários dos seguintes vereadores: Andréa Westphal; André Lemes; Cláudio de Lima; Rafa Ceroni; Edson Lopes; Benito Gonçalves; Denise Marques; Spotorno; Rovam Castro e André de Sá Batatinha e tendo nove votos favoráveis dos vereadores: Filipe Branco; Vavá; Charles Saraiva; Júlio Cesar; Laura Fagundes; Jair Rizzo; João da Barra; José Antônio Repolhinho e Flávio Maciel e duas ausências dos vereadores: Giovani Moralles e Rogério Gomes. Logo após, foi realizada a votação nominal da emenda 02/2019 aprovada com dez favoráveis dos seguintes vereadores: Cláudio de Lima; Filipe Branco; Vavá; Charles Saraiva; Júlio Cesar; Laura Fagundes; Jair Rizzo; João da Barra; José Antônio Repolhinho e Flávio Maciel, sendo oito votos contrários dos vereadores: André Lemes; Rafa Ceroni; Edson Lopes; Benito Gonçalves;

27

Denise Marques; Spotorno; Rovam Castro e André de Sá Batatinha e duas ausências dos vereadores: Giovani Moralles e Rogério Gomes. Dando continuidade foi efetuada a leitura do projeto de protocolo de número 2214/2019 e das emendas de números 01/2019, 02/2019 e 03/2019. Não havendo inscritos para discussão e não havendo inscritos para justificativa o projeto foi submetido à votação sendo o mesmo aprovado com dezoito votos dos seguintes vereadores: André Lemes; Cláudio de Lima; Rafa Ceroni; Edson Lopes; Benito Gonçalves; Denise Marques; Spotorno; Rovam Castro; Filipe Branco; Vavá; Charles Saraiva; Júlio Cesar; Laura Fagundes; Jair Rizzo; João da Barra; André de Sá Batatinha; José Antônio Repolhinho e Flávio Maciel, havendo duas ausências dos vereadores Giovani Moralles e Rogério Gomes. Na sequência foi realizada a votação nominal da emenda 01/2019 que foi aprovada com dez votos contrários dos seguintes vereadores: Cláudio de Lima; Filipe Branco; Vavá; Charles Saraiva; Júlio Cesar; Laura Fagundes; Jair Rizzo; João da Barra; José Antônio Repolhinho e Flávio Maciel, sendo oito votos contrários dos vereadores: André Lemes; Rafa Ceroni; Edson Lopes; Benito Gonçalves; Denise Marques; Spotorno; Rovam Castro e André de Sá Batatinha e duas ausências dos vereadores: Giovani Moralles e Rogério Gomes. Posteriormente, foi realizada a votação nominal da emenda 02/2019 que foi rejeitada com dez votos contrários dos seguintes vereadores: Andréa Westphal; André Lemes; Cláudio de Lima; Rafa Ceroni; Edson Lopes; Benito Gonçalves; Denise Marques; Spotorno; Rovam Castro; Rogério Gomes e André de Sá Batatinha e tendo nove votos favoráveis dos vereadores: Filipe Branco; Vavá; Charles Saraiva; Júlio Cesar; Laura Fagundes; Jair Rizzo; José Antônio Repolhinho e Flávio Maciel, havendo a ausência do Vereador Giovani Moralles. Prosseguindo foi lida a emenda de número 03 que esta lei tenha validade de 60 dias após sua homologação. Foi feita a votação da emenda a qual foi rejeitada, recebendo onze votos contrários e oito votos favoráveis. Votaram de forma contrária os seguintes Vereadores: André Lemes, Cláudio de Lima, Rafa Ceroni, Edson Lopes, Benito, Denise, Spotorno, Rovam Castro, Rogério, Batatinha e Flávio Maciel. Apoiaram a emenda os seguintes Vereadores: Filipe Branco, Vavá, Charles Saraiva, Júlio César, Laurinha, Jair Rizzo, João da Barra e Repolhinho. O Vereador Giovani estava ausente. Foi feita a leitura do Requerimento 94/2019, autoria do Vereador Edson Lopes que solicitou pauta por essa sessão, a pauta foi aprovada; houve exceção do Vereador João da Barra. Foi lida a Indicação 1021/2019, autoria do Vereador Filipe Branco que solicitou pauta por essa sessão; a pauta foi aprovada. Foi lido o Requerimento 488/2019 cuja autoria é do Vereador André Lemes, que em votação foi aprovada. Foi lido o Requerimento 259/2019 cuja autoria é do Vereador André Moraes de Sá. Em votação foi aprovado com dezoito votos. Foi lido o Requerimento 239/2019 cuja autoria é do Vereador Jair Rizzo. Em

28

votação foi aprovada com dezoito votos. Foi lida a Indicação 1019/2019 cuja autoria é do Vereador Cláudio de Lima. Foi solicitada pauta por essa sessão e a pauta foi aprovada com dezoito votos. A Senhora Presidente agradeceu a colaboração dos Vereadores Edinho, Filipe Branco e Cláudio de Lima por terem solicitado pauta aos seus projetos, pelo bom andamento nessa Casa. Sendo dezenove horas a sessão foi encerrada. E nós, por determinação digitamos a presente ATA que depois de registrada no programa, será lida e assinada pela Senhora Presidente e pelo Senhor Secretário.

Vereadora Andrea Dutra Westphal Ceroni da Graça

Tia Deia

Presidente

Vereador Julian Rafael

Rafa Ceroni

1º Secretário

TWM/FMM/RMR.

29

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO **Processo nº** 1573/19

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a)
FLAVIO MACIEL

(X) Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art. 42, § 1°, do Regimento Interno.

( ) Não Requerido o prazo do art. 42, § 1° do Regimento Interno.

Rio Grande, 11 de JUNHO de 20 19

Flavi J. Hof.

Presidente da Comissão

Deliberou o Relator:

(X) Enviar ao Consultor Jurídico.

( ) Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 11 de 06 de 20 19

Flavi J. Hof.

Relator

PARECER JURÍDICO

(X) Em anexo

( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 17 de 06 de 20 19

Izabel Simch Klinger
OAB/RS 70.53[illegible]

Consultor Jurídico

Roger Martins da Rosa
Procurador Adjunto
OAB/RS 65589

DESPACHO

Na condição de Relator (a):

(X) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.

( ) Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.

( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

( ) O presente projeto não atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 18 de JUNHO de 20 19

Flavi J. Hof

Relator (a)

30

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROCESSO Nº: 1573/19 **TIPO/Nº:** 1573/19 - Recurso 08/2019

AUTOR: Ver. Júlio César Pereira da Silva

Colocado o Processo em votação na CCJ, votou cada membro:

Vereador Flávio Maciel ( ) Constitucional (X) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa Flávio V. Hoff. **Presidente**	**Vereador Rogério Gomes** ( ) Constitucional (X) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa **Vice – Presidente**
Vereador Rovam Castro ( ) Constitucional (X) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa **Secretário**	**Vereador Ivair Domingos Souza (Vavá)** ( ) Constitucional (X) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa **Membro**

Vereador Luciano Gonçalves

( ) Constitucional
(X) Inconstitucional
( ) Antijurídico
( ) Antiregimental
( ) Inadequado a Técnica Legislativa

Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

( ) Constitucional
(X) Inconstitucional
( ) Antijurídico
( ) Antiregimental
( ) Inadequado a Técnica Legislativa

Sala das Comissões Técnicas, Câmara Municipal, Rio Grande, 19 de junho de 2019.

Flávio V. Hoff.
Presidente

31

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PARECER JURÍDICO

EMENTA: PARECER AO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, RECURSO 8/2019, PROTOCOLO 3680/2019, PROCESSO 1573/2019.

Analisado o processo epigrafado, verificamos a sua adequação formal, eis que tempestivo e fundamentado.

Ainda, traz o recurso argumentos que são válidos e adequados ao tema em questão, porém não são suficientes, em nosso entendimento, para a modificação da decisão recorrida.

O argumento trazido à baila, qual seja o direito de o Vereador submeter ao Plenário projeto com parecer pela inconstitucionalidade mesmo após a CCJ ter se manifestado em sentido da inconstitucionalidade, pensamos, afronta diretamente o artigo 37 da CF, que vincula a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a diversos princípios, sendo lesados, no caso em tela, no mínimo, os da legalidade, moralidade e eficiência.

Ora, se a Comissão de Constituição e Justiça, órgão da Casa encarregado de avaliar a viabilidade jurídica da matéria se posiciona de forma contrária ao Projeto, pretender, por mero formalismo de decurso de prazo, submeter a matéria a plenário, abrindo a possibilidade de veto e mesmo de eventual Ação Direta de Inconstitucionalidade não nos parece a solução mais adequada e de interesse público.

Quanto à fonte de custeio, não se tem conhecimento se tais repasses vem ocorrendo, qual o destino dado a estes recursos, bem como se estes valores não estão vinculados a determinadas rubricas.

Ainda, por tratar-se de projeto de lei que tem como objeto a instituição de isenção tributária, deve atender as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido é oportuno trazer à colação recente decisão do pleno do Tribunal de Justiça do Estado que declarou inconstitucional lei de concessão de desconto do IPTU por ausência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro:

> AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. NORMA MUNICIPAL CONCESSIVA DE DESCONTO NO IPTU. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. AUSÊNCIA DE VÍCIO FORMAL. RENÚNCIA DE RECEITA FISCAL. AUSÊNCIA DA ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

32

> NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS. PRECEDENTES. 1. É pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a norma de isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) tem natureza tributária, e não orçamentária, sendo a iniciativa de competência concorrente entre os Poderes Legislativo e Executivo. 2. A proposição legislativa que disponha sobre descontos no IPTU deve ser acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia fiscal daí decorrente, mormente porque a isenção não pode implicar redução das receitas previstas no orçamento, de forma a colocar em risco o equilíbrio da frágil equação de receitas e despesas orçamentárias (art. 14 da LC n° 101/2001, art. 163 e seguintes da CF/88, art. 113 do ADCT e art. 8° 19 da CE/89). 3. Ausente a estimativa do impacto orçamentário-financeiro do benefício fiscal ora questionado, deve ser reconhecida a inconstitucionalidade da norma isencional, tendo em vista que não é possível aferir se os descontos no IPTU afetarão as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias, cumprindo destacar, a par disso, que tampouco se fez qualquer previsão de arrecadação compensatória. Violação do princípio da razoabilidade (art. 19 da CE/89). Precedente desta E. Corte. JULGARAM PROCEDENTE A AÇÃO. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade N° 70078689817, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Uhlein, Julgado em 10/12/2018.)

Assim, por não constar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da aprovação do Projeto de Lei, mas mera fonte de custeio, não vemos como possa o Projeto prosperar.

Desta forma, conhecemos do recurso, e no mérito, para evitar desnecessária tautologia, negamos provimento, usando como fundamentação os argumentos já constantes no parecer que decidiu pela inconstitucionalidade.

Rio Grande-RS, 17 de junho de 2019.

Izabel Simch Klinger
Consultora Jurídica
OAB/RS 70.534

Roger Martins da Rosa
Procurador Adjunto
OAB/RS 65.589

33